

DEMOCRACIA, MERCADO E ESTADO: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA

DEMOCRACY, MARKET AND STATE: A SYMBIOTIC RELATIONSHIP

Orides Mezzaroba

Nathalie de Paula Carvalho

RESUMO

Esta pesquisa analisa contornos de fenômeno que se desenvolve há algumas décadas: a passagem da economia capitalista que convivia com a Democracia para uma economia capitalista que a comanda. Nesse sentido, características desse perfil *neoliberal*, sem ideário definido – apenas um projeto de implementação mundial – serão analisadas. Evidenciam-se os diversos perfis assumidos pelos indivíduos e pelas instituições no denominado *supercapitalismo*. Por vezes, uma das participações inviabiliza outras. Nessa ordem de ideias, por meio de um suficiente amparo doutrinário, especialmente as teses defendidas por Robert Reich, embasam-se certos comentários ao modo como a sociedade vem se adaptando ou simplesmente aceitando o que o *supercapitalismo* impõe. Com uma tessitura crítica, busca-se compor um catálogo de medidas de proteção da cidadania ativa contra o sufocamento ditado pelas atitudes econômicas. A propósito, quando tais atitudes se espalham para a política, financiando-a, o próprio governo torna-se sutil algoz da cidadania. É necessário tomar ciência da situação e não deixar fugir a oportunidade – ainda existente – de mudar o rumo da história ou de com ela se soldar.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Mercado; Sociedade; Capitalismo; Democracia.

ABSTRACT

This research analyzes the contours phenomenon that develops a few decades ago: the passage of the capitalist economy that coexisted with democracy for the capitalist economy that drives Democracy (or any other system of government). In this sense, this profile features of neoliberal economics, without ideals set - only one implementation project worldwide - will be analyzed. Show up the two personalities that each person takes in supercapitalismo called: while acting as a citizen and as a consumer. Sometimes one of the other figures unfeasible. In this order of ideas, through doctrinal enough support, especially the theses defended by Robert Reich, underlie certain comments to the way society has been adapting or has simply accepting what supercapitalismo imposes. With a critical tessitura, seeks to compose a catalog of measures to protect against active citizenship attitudes dictated by economic suffocation. Incidentally, when such attitudes spread to politics, financing it, the government itself becomes subtle tormentor citizenship. You must become aware of the situation and not let the opportunity escape - still existing - to change the course of history or weld with it.

KEYWORDS: Market System; Society; Capitalism, Democracy

INTRODUÇÃO

O liberalismo econômico, base do capitalismo, provocou o incremento de um sem número de empresas dotadas de conhecimento e tecnologia, que permitiram a transnacionalização do capital, das manufaturas e dos produtos. Já não importa onde é produzida a mercadoria, o essencial é identificar o seu mercado consumidor. No final do século XX e início do século XXI, a sociedade global desperta para os direitos difusos e para a necessária implementação do capital humano e social, passando a exigir das empresas não só produtos de menor custo, mas que também que sejam produzidos respeitando os direitos humanos e sociais, as leis trabalhistas e o meio ambiente.

O cenário mundial é em grande parte desenhado pela globalização dos mercados e das informações, bem como pela reestruturação do setor produtivo. Exige-se que um empreendimento seja considerado bem-sucedido quando alcança a satisfação de todas as partes envolvidas no processo de produção, de aquisição e de reconhecimento estatal e social. Assim, empresários, operários, consumidores, instituições sociais e estatais, sob diversas óticas, mantém contínuas relações que, ao final, apontam pela aprovação ou rejeição de algum produto ou serviço no mercado.

A par do contexto que há pouco se introduziu, é necessário frisar que o sistema capitalista, por quaisquer das formas que já assumiu ao longo da história, foi e é marcado por duelos, que tanto podem ser examinados isoladamente, quanto podem ser analisados uns a partir dos outros, transparecendo, assim, seu caráter de nascedouro infinito de contradições e, ao mesmo tempo, de solucionador incansável dessas mesmas contradições.

De logo, o conflito que mais interessa a este trabalho é entre o capitalismo e a democracia. Isto é, o quanto a livre atuação econômica invade a seara individual. Deve-se supor quanto o capitalismo, propositalmente, cadencia a educação e a participação política de todos os cidadãos.

1 A COMPLEXIDADE DO CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

De uma maneira ou de outra, qualquer indivíduo se insere num processo econômico (quando compra, vende, troca, empresta, aluga, doa, recebe, enfim, quando realiza qualquer negociação sobre algum objeto). A propósito disso, os processos econômicos do mundo contemporâneo não se restringem a limites territoriais e, portanto, qualquer indivíduo de hoje é um ator econômico integrado à economia de todo o planeta. Assim, a repercussão de um ato

negocial, por mais simples que pareça, já não se exaure num encadeamento de eventos simples.

Nas palavras elucidativas de Peter Berger e Thomas Luckmann (1996, p. 45), a estrutura temporal da vida cotidiana é extremamente complexa, porque os diferentes níveis de temporalidade, empiricamente presentes, devem ser continuamente correlacionados. Assim também considerava Keynes (CARDOSO; LIMA, *on line*, 2013):

As conseqüências não devem ser o meio pelo qual se julga o valor de determinada ação, mesmo porque o caráter infinito delas impede que se infira com certeza qual será o seu resultado final. O importante então – partindo da ideia de que se deve fazer a pergunta certa ao invés de tentar chegar a verdades absolutas – é definir qual é o resultado desejado, qual seja, o bom estado da mente. A abordagem da complexidade, recentemente aplicada à economia, tem como uma ideia central a de que as ações individuais promovem conseqüências não intencionais como resultado de um processo de auto-organização, permitindo o funcionamento do sistema. Ou seja, o todo, enquanto propriedade emergente, não é dedutível imediata e diretamente a partir de um certo componente representativo. Em verdade, uma vez que a abordagem da complexidade representa um esforço intelectual ambicioso de análise e compreensão do funcionamento de sistemas altamente organizados, porém descentralizados e compostos de um número muito grande de componentes individuais, heterogêneos, a própria noção de componente representativo é insuficientemente representativa.

A Teoria da Complexidade (Edward Lorenz), haurida da Física, aplicada à economia¹, demonstrou, matematicamente, que sucessões de irrelevantes atos econômicos podem redundar em maremotos financeiros. Com esse paradigma, merece destaque também a denominada Teoria do Caos (PRIGOGINE, 2002), pela qual o funcionamento dos sistemas dinâmicos e complexos que são condicionados por fatores ou variáveis instáveis e se apresentam seus resultados pelas ações e interações aleatórias dos elementos formadores destes sistemas². (PRIGOGINE, 1997).

Com esse paradigma assentado, a economia compreendeu que a participação de um ator econômico, por menor monta que tivesse, representaria propulsão geral das riquezas

¹ Vide ARTHUR, W. Brian. Competing technologies, increasing returns and lock-in by historical Events. In: **The Economic Journal**, 1989, v. 99, n° 394. Disponível em: <www.res.org.uk/econ.html>. Positive feedbacks in the economy. In: **Scientific American**, edição de Fevereiro de 1990 (disponível em www.santafe.edu/arthur/Papers/Pdf_files/SciAm_Article.pdf). Ainda, Increasing returns and the new world of business. In: **Harvard Business Review**, edição de Jul./Ago. de 1996 (disponível em <http://www.santafe.edu/~wbarthur/>). Mais sobre o tema: KELLY, Kevin. **Novas regras para uma nova economia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. E, por fim, SAWHNEY, Mohanbir. PARIKH, Deval. **Harvard Business Review magazine**. Disponível em: www.hbrbr.com.br/.

² Carlos Siffert (2010, *on line*) discorre a respeito: Da previsão do tempo ao mercado de ações, das colônias de cupins à Internet, a constatação de que mudanças diminutas podem acarretar desvios radicais no comportamento de um sistema veio reforçar a nova visão probabilística da física. O comportamento de sistemas físicos, mesmo os relativamente simples, é imprevisível. (...) Mas a segunda constatação é ainda mais estranha: há padrões, regularidades por trás do comportamento aleatório dos sistemas físicos mais complexos, como a atmosfera ou o mar.

circulantes ou, em termos vulgares, o bolo econômico cresceria à medida que todos os nichos comerciais se aglutinassem. E então, como num holograma, um ponto isolado passou a não representar quase nada, mas a união dos mesmos seria uma condição essencial à formação do todo.

Ainda na década de 20, mais precisamente 1925, o biólogo austríaco Karl Ludwig von Bertalanffy (1975) traçou os primeiros enunciados do que viria a ser a teoria geral dos sistemas. Nesse contexto, afirmava que um sistema representa um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e desempenham uma determinada função (OLIVEIRA, 2009, p. 35) ou ainda pode representar uma interdependência de elementos que interagem entre si, permanecendo em plena comunicação as partes e o todo respectivos.

Por meio desta abordagem multifocal, apresenta-se a teoria geral dos sistemas (TGS) como uma contribuição abstrata fenomenológica, a qual engloba princípios comuns tendo como foco as entidades complexas. O próprio exaurimento do modelo iluminista-cientificista de explicação da realidade, denunciado, por exemplo, pela Teoria Crítica Social (Escola de Frankfurt)³, já pressentiu que todos os modelos e mecanismos criados para a nova compreensão da realidade são novos modelos e novos mecanismos. Assim, ganhando novos e adequados nomes.

Com a adoção espontânea das práticas neoliberais ou com a imposição delas, por intermédio das economias centrais do capitalismo, todas as estruturas econômicas do mundo se imbricaram de uma tal forma, a não existir mais empresas de um país apenas, ou bolsas de valores de uma comunidade econômica isoladas e, enfim, indivíduos que não atingidos com o influxo da macroeconomia mundial em seu cotidiano.

Em meados dos séculos XVIII, o liberalismo clássico contava com um suporte ideológico de que a economia conseguiria, através da liberdade de se auto-regular, o enriquecimento de todas as nações. Contudo, hoje, o novo liberalismo não precisa de promessas: trabalha adequando-se a metas e possibilidades. É o interesse de crescimento de cada concorrente do sistema que fica, constantemente, em ação.

O desafio que se lançou, neste caso, foi às novas formas de organização econômica (e social), para encontrar falhas num capitalismo que se fluidifica de acordo com as

³ Theodor Wiesengrund-Adorno, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Karl-Otto Apel, Walter Benjamin, Axel Honneth, Max Horkheimer, dentre outros autores, são representantes da Escola de Frankfurt.

necessidades de cada momento e utiliza todos os instrumentos possíveis para continuar prevalecendo.

O contexto da crise em 2008 que assolou primeiro o setor imobiliário e creditício dos Estados Unidos, depois, continua, até então, assolando todos os setores de todas as economias planetárias, demonstra, a despeito de ser um momento complicado para o capitalismo, a dificuldade em se derrubar as práticas neoliberais. Não se trata de um cisne-negro (TALEB, 2012, p. 214-215): um evento imprevisível, que ocasiona resultados impactantes e, uma vez ocorrido, surgem formas de torná-lo menos aleatório e mais explicável, como o encararam este período algumas vozes precipitadas, haja vista que a História não se arrasta, dá saltos (TALEB, 2012, p. 39). Desta forma, pode-se afirmar que:

Estes tipos de descontinuidade na cronologia dos eventos não tornam muito fácil a profissão do historiador, o exame estudioso e minimamente detalhado do passado não ensina muito sobre a mente da história, apenas transmite a ilusão de que a entendemos. História e sociedade não se arrastam. Elas dão saltos. Seguem de ruptura a ruptura, intermediadas por poucas vibrações. Ainda assim nos (e os historiadores) gostamos de acreditar na progressão previsível e em pequenos incrementos. (TALEB, 2012, p. 41).

Esta temática ganha relevo nos dias atuais, tendo em vista a ascensão do grupo emergente denominado BRICs (SOLA; LOUREIRO, 2011), composto por Brasil, Rússia, Índia e China, um conjunto de economias potencialmente em crescimento e em desenvolvimento econômico que despontam no cenário mundial como verdadeiras válvulas de investimentos, desde a crise que assolou o sistema creditício nos EUA em 2008, como já mencionado, e agora prejudica a economia europeia, pondo em questão vários aspectos da unificação.

Quando os autores começam a teorizar um suposto declínio do modelo, surge uma repentina recuperação, ou até mesmo uma solidariedade entre as economias, ações coordenadas, táticas inovadoras, disposição e colaboração barganhada politicamente e, em poucos anos, começa-se a assistir a novo recrudescimento econômico.

Há uma nota distintiva no novo liberalismo, que certamente dificultará seu eventual crepúsculo. O fator tecnologia, que se incrementa cada dia mais, se manifesta sem um horizonte certo para parar, podendo-se afirmar que, peculiarmente, este fator foi o principal responsável pela derrubada de certas barreiras de entradas no mercado. A revolução digital permitiu que, em situações peculiares, empresas pequenas competissem com as grandes. Os custos baixos de produção ficaram ao alcance de muitos rivais, ao mesmo tempo. O novo tipo de empreendedor/investidor/ consumidor pode contratar em qualquer parte do mundo.

Dizer que o mercado é temperamental, é receoso, é apreensivo, é seguro ou está adormecido, ou, ainda, que a corporação é agressiva, é corruptível, é (ir)responsável, é engajada politicamente, é atribuir uma existência humana a empreendimentos. A manifestação objetiva do mercado ou de uma empresa é um dado fático, inegável, muito embora não se possa querer qualificá-los como seres filosoficamente autoconscientes. A responsabilidade é sempre dos indivíduos: dos cidadãos, dos consumidores e dos acionistas. Para Michael Sandel:

Os economistas muitas vezes partem do pressuposto de que os mercados não afetam nem comprometem os bens que regulam. Mas não é verdade. Os mercados deixam suas marcas nas normas sociais. Muitas vezes, os incentivos de mercado corroem ou sobrepujam os incentivos que não obedecem a lógica do mercado. (SANDEL, 2012, p.65).

Não menos relevante, mas que não pode ser melhor examinado neste artigo, é o embate entre o capitalismo democrático (praticado em conjugação com a democracia, como em quase todos os países atuais) e o capitalismo autoritário (que convive com um regime ditatorial de governo ou, ao menos, com algum regime menos estável quanto às ideias e aos procedimentos democráticos, tal o exemplo da China).

Nesse tipo de dilema, transparece a falta de ideologia do supercapitalismo, que se criticou a guisa de introdução, tendo em vista a compreensão de que as tendências de afirmação do sistema econômico deveriam ser aliadas do regime político típico do Estado Democrático de Direito – a Democracia. Nesse raciocínio, apenas o capitalismo que se abre à democracia é que deveria continuar a existir, recuando aquele que não se opõe aos ditadorismos.

O desemprego, os cortes com gastos públicos, a insatisfação da população e do empresariado na Europa, por exemplo, são molas propulsoras para o surgimento de outras fontes de injeção de capital, fundamental para a manutenção de qualquer economia. A cidadania ativa deve tomar a dianteira do processo político e econômico mundial, em prol de uma ética no consumo e nos investimentos e, para além, em prol de uma ética na inauguração de espaços públicos constantes de discussão democrática, posicionando cada sistema em seu lugar: a economia junto aos consumidores responsáveis e a política próxima dos cidadãos comprometidos.

Essa múltipla participação, enquanto estadistas, capitalistas, empresários, consumidores e cidadãos de uma democracia ao mesmo tempo, precisa, inicialmente, ser compreendida e absolvida por toda a sociedade, para, só então, decidir-se qual dos lados deve

predominar, sempre pensando em um segundo plano.

O dinheiro das grandes empresas financia as eleições, faz vencer e perder candidatos e, em troca de “favores” políticos, tem-se a ingerência no conteúdo das leis aprovadas, a inibição na aprovação de leis desfavoráveis, a catalisação da aprovação de leis favoráveis, a indicação de diretores das agências de regulação econômica, a indicação do alto escalão dos órgãos cuja pasta envolve a economia diretamente, como o Ministério da Fazenda, a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central. Não apenas.

De estilo maquiavélico, políticos, já previamente acordados com os empresários, criticam publicamente certas posturas, mas nada alteram na legislação. Nesse contexto, o *supercapitalismo*, como se escreveu, fez surgir novos concorrentes, em condições semelhantes para tomar determinadas fatias do mercado, que, tempos atrás, eram repartidas por duas ou três empresas.

É patente que as corporações, por terem perdido espaço econômico, voltaram-se para o setor político, influenciando e/ou determinando a elaboração das leis e regulamentos. Nessa lógica aparentemente simplória se resume um dos mais consideráveis atravancos da democracia. Norberto Bobbio alerta para a necessidade de, finalmente, se tentar uma teoria sobre isso, a qual denomina de “subgoverno”:

Onde o Estado assumiu a tarefa de governar a economia, a classe política exerce o poder não mais apenas através das formas tradicionais da lei, do decreto legislativo, dos vários tipos de atos administrativos (...), mas também através da gestão dos grandes centros de poder econômico (bancos, indústrias estatais, indústrias subvencionadas etc.), da qual acima de tudo extrai os meios de subsistência dos aparatos dos partidos, dos aparatos dos quais por sua vez extrai, através das eleições, a própria legitimação para governar. Diferentemente do Poder Legislativo e do Poder Executivo tradicional, o governo da economia pertence em grande parte à esfera do poder invisível, na medida em que se subtrai (se não formalmente, ao menos substancialmente) ao controle democrático e ao controle jurisdicional. (BOBBIO, 2006, p. 117-118).

A reforma legislativa comprometida com os interesses sociais, genuinamente interessada em diluir os problemas da democracia, somente ocorrerá se e quando a maioria dos cidadãos o exigir. Mas como? A mídia, nesse processo, deve ser transformada, também. A responsabilidade e a ética na informação são fundamentais. Como na sociedade de massas, a opinião pública tornou-se o editorial do grande jornal, faz-se imprescindível que o grande jornal canalize, honestamente, o anseio cidadão. Além disso, não se deve antropomorfizar as empresas e o mercado.

2 A BIOGRAFIA DAS IDEIAS E DOS FENÔMENOS ECONÔMICOS

Visto que não há como dizer o que os próximos anos reservam ao neoliberalismo e à sua militância constante em redor do globo, a técnica mais segura de se imaginar um futuro possível é percebendo – ainda que ligeiramente – o desenrolar do fenômeno neoliberal até o presente. De modo que se volta a pesquisa, neste momento, a um apanhado histórico, breve mas que se acredita produtivo, a fim de se perquirir algumas causas para problemas que despontaram nos dias atuais.

Como o processo de surgimento do supercapitalismo é visto em tons mais fortes na história econômica norte-americana, as próximas linhas perpassam alguns momentos dessa nação, desde os fins do século XVIII, quando se torna independente econômica e politicamente, até atingir o ponto culminante de centro econômico mundial, graças à disseminação de diversas práticas que lá tiveram início. A história econômica americana é impressionantemente rápida, quanto à sua evolução. Mas, evidentemente, nenhum acontecimento se inicia com arroubos difusos: há sempre fatores que convergem para que se implemente. Como leciona Celso Furtado:

Os Estados Unidos se diferenciam de qualquer outra nação moderna pelo fato de sua formação histórica ter se realizado em condições ideais de segurança externa. Até meados do século XX, afirma um dos mais lúcidos analistas da política externa dos Estados Unidos [George Kennan], os norte-americanos tinham um sentido de segurança face ao mundo exterior que nenhum outro povo havia experimentado desde a época dos romanos. (FURTADO, 2003, p. 14).

Essa segurança, combinada com uma educação protestantista dos colonos fundadores (que já eram pequenos comerciantes, quando aportaram em solo americano, advindos, de regra, da Grã-Bretanha) favoreceu a cultura da livre iniciativa e da criatividade. Isto é, o tino empresarial já era elemento de sobrevivência desde os primeiros colonizadores.

Com algumas gerações passadas, o séc. XVIII foi consolidando pequenos empreendimentos, criando as veredas para o capitalismo de face mais dinâmica, que somente despertaria no século XIX. E tal século terminara como o período de nascimento de grandes gênios empresariais, que inscreveram, para sempre, seus nomes como canalizadores de ideias revolucionárias. As personalidades de John Pierpont Morgan, Andrew Carnegie, John Rockefeller e Henry Ford, por exemplo, foram decisivas. (TEDLOW, 2012, p.204-239).

Morgan, filho de um banqueiro que vendia ações de ferrovias, engendrou uma fusão entre empresas ferroviárias, convertendo-se em rico financista (proprietário da J.P. Morgan & Sons, hoje Morgan Stanley). Andrew Carnegie, que começou como funcionário de uma

empresa telefônica, ascendeu à presidência da Pennsylvania Railroad, e então, diversificando o negócio, para começar a comprar e a elaborar a própria matéria-prima utilizada nas ferrovias, tornou-se magnata do aço (Carnegie Steel).

John Davison Rockefeller, que iniciou a carreira como guarda-livros em Cleveland, adquiriu sua primeira refinaria de petróleo em 1862, daí em diante, com uma argúcia comercial incomum, chegou a monopolizar o mercado de petróleo na década de 1890, com a Standard Oil Company (ancestral da hoje Exxon-Mobil). Foi também criador do Banco Chase Manhattan.

Henry Ford, com descomunal capacidade inventiva, tornou-se dono de 161 patentes de criações. Revolucionou a ciência da administração, tendo criado o modelo de linhas de produção em série. Além do que, praticamente, recriou a indústria de transportes, através do primeiro automóvel (Ford T). Aliás, não apenas Ford, mas milhares de outros inventores foram acelerando a embrionária história do século XX. Geoffrey Blainey (2008, p. 36) enumera as invenções dos fins do séc. XIX:

Surgiram, nos Estados Unidos, após 1850, a central de energia elétrica, as redes de transmissão de eletricidade, o gramofone, o telefone, a câmera e o filme de celulóide baratos, o arranha-céu construído com aço, o elevador, as técnicas de extração e refino do petróleo, o avião, o incrível metal leve chamado alumínio. Da Europa Continental vieram, no mesmo período, a transmissão por ondas de rádio, o raio X, explosivos capazes de destruir rochas, o motor de combustão interna, vários tipos de rifles e metralhadoras, além de uma série de melhorias em máquinas, dispositivos e fórmulas que já existiam.

Foi com o financiamento desses e de outros empreendedores que se desencadeou essa torrente de invenções. Com elas, os custos se diluíram na produção em série, reduzindo os preços. Os volumes de fabricação multiplicaram-se por vinte, as redes de ferrovias e de telégrafo se expandiram, os meios de transporte e comunicação rápidos e confiáveis começaram a trazer matérias-primas de todo o território nacional e a levar produtos manufaturados.

De maneira gradual, a originalidade e o poder de investimento daqueles homens referidos foi lhes recompensando com poderio econômico e, como consequência direta, representatividade política. Suas empresas se tornaram gigantes, porém, num mercado que crescia às cegas, sem exigir responsabilidade social alguma, muitas vezes burlando as legislações vigentes, sem qualquer represália.

A propósito, essa omissão é governamental, visto que, à época, a democracia era demais incipiente, para permitir que houvesse consciência cidadã a respeito da

responsabilidade das empresas. Ora, os indivíduos dos fins do séc. XIX, início do séc. XX, mal sabiam sua própria responsabilidade, quando inseridos no sistema social e político, ou sua importância, no sistema econômico. Como mostra Geoffrey Blainey (2008, p. 45):

A democracia, ainda que vigorosa, era uma criança. A maioria das pessoas no mundo não podia votar. Nove entre dez adultos jamais haviam votado em uma eleição. Embora o regime democrata estivesse progredindo na Europa, mais ou menos florescendo em lugares como a França, a Grã-Bretanha, a Escandinávia e a Suíça, não podia ser considerado completo pelos padrões atuais. Na Europa, que parecia ser a provável rival da América do Norte como lar da democracia, quase todos os homens com mais de 21 anos, bem como as mulheres, ainda não tinham direito ao voto.

Assim, houve, por certo, um considerável nível de prosperidade financeira, ao mesmo tempo em que, em processo concomitante, como consequência da industrialização aquecida, brotaram deste cenário práticas desumanas, como por exemplo, a exploração do trabalho feminino e infantil, as condições inseguras de trabalho, moradia, um ambiente laboral inóspito e, particularmente, houve monopolização de parcelas do mercado, como se disse em relação a John D. Rockefeller.

Nesse período, centenas de milhares de pessoas migraram das fazendas para as fábricas. De 1870 a 1920, a população das cidades tornou-se dez vezes maior. Da mesma forma como a Revolução Industrial inglesa (HOBSBAWN, 2011), a industrialização americana se aperfeiçoou, todavia, trazendo consigo as contradições inerentes ao capitalismo. A diferença é que os Estados Unidos não tardaram a começaram a vasculhar o globo em busca de mercados, por já conhecer o modelo inglês, alguns anos anterior. Nesse instante histórico, adentra o léxico político e comercial mundial o termo “imperialismo”.

Cumprido o ressaltado que o economista inglês J. A. Hobson previu que o desfecho desse processo seria a guerra, em conta de que não haveria mercado suficiente para tantas vendas. Mesmo o mundo inteiro não seria o bastante, para todas as economias que extrapolavam seus limites nacionais, o que se percebe, inclusive, pelas empresas fundadas nesse momento. Antes do início da I Guerra Mundial, a indústria americana consolidara iniciativas gigantes, v.g., Kodak, Johnson & Johnson, Coca-cola, Avon, Goodyear, Ford, IBM, Time Warner, Boeing *etc.*

Os maremotos consequenciais no contexto social, político e econômico são esperados, porém não se sabe ao certo, até o momento em que realmente se manifestam, quais rumos seguirão. Diante desta mensagem, como se depreende, a miséria urbana, os salários irrisórios, as longas jornadas, a exploração do trabalho, o agravamento da desigualdade, a

decadência das pequenas cidades, o maciço êxodo rural, começaram a exigir atitudes dos governos, visto que poucos empresários se preocupavam com filantropia. (SARMENTO, 2008).

Theodor Roosevelt (presidente americano de 1901-1909) chegou a execrar as corporações gigantes como “malfeitores de grande riqueza”. Com a insustentabilidade da situação, começaram a se desmembrar os grandes grupos econômicos, em unidades menores, especialmente através do Judiciário.

Em 1909, Herbert Croly, jovem político e estudioso, propõe em seu livro *The Promise of American Life*, a regulação das empresas. Surgem as primeiras agências reguladoras: *Interstate Commerce Commission (ICC)*; *Civil Aeronautics Board*; *Federal Communications Commission*; *Federal Power Commission*; *Securities and Exchange Commission*; *Farm Bureau*; *Federal Marine Commission etc.*

Merece destaque, nesta oportunidade, uma contribuição alemã (HOFMEISTER, 2005) que culminou no surgimento do que se convencionou chamar Sociologia do Conhecimento (*Wissenssoziologie*), que trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge, representando o foco sociológico da determinação existencial (*Seinsgebundenheit*) e sendo fundamental para analisar a construção social da realidade, respeitando, desta forma, a relatividade presente nas mais diferentes culturas. (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 14-15).

3 O PAPEL DA REGULAÇÃO ECONÔMICA – NECESSIDADE OU UTILIDADE

Com a regulação da economia, antes uma forma de trazer eficiência e de controlar os monopólios que poderiam se formar em cada setor, do que um meio de trazer prejuízo às empresas, as estatísticas continuaram crescendo. Logicamente, houve pequenas depressões econômicas, todavia nenhum abalo ao rumo triunfante de ascensão das companhias que haviam se formado.

A essa altura, os Executivos das empresas começaram a ganhar notoriedade, um apelo público tão forte que começaram a se considerar *estadistas empresariais*. Quando, então, na Europa, a partir de acontecimentos localizados, sucede a Primeira Guerra Mundial, que na análise de Geoffrey Blainey:

A Primeira Guerra Mundial, o evento mais significativo do século, não foi apenas traumática enquanto durou, mas também teve efeitos profundos. Ajudou a

impulsionar a Revolução Russa e configurou-se como uma das causas da depressão financeira dos anos 1930, o maior baque econômico na história até então. Esse evento, direta e indiretamente, estimulou a ascensão de Hitler e da Alemanha nazista e ajudou a provocar a Segunda Grande Guerra. Acabou com o apogeu da Europa Ocidental e seu domínio mundial. Também acelerou a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética. (BLAINEY, 2008, p. 51).

O conflito, desse modo, longe de ser negativo para os Estados Unidos, representou enfraquecimento para a Europa, inclusive com enorme perda populacional, fazendo com que o centro das finanças mundiais se estabelecesse, definitivamente, nos Estados Unidos, saindo de Londres a ainda inexperiente Nova Iorque.

Depois de uma década de constante crescimento (1918-1928), o chamado *american way of life* sucumbiu à crise de 1929. Um grave encilhamento econômico, que quebrara a normalidade das negociações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, fazendo com que, de um momento para outro, todos os acionistas estivessem dispostos a vender e não havia mais compras. Centenas de empresas faliram.

Não obstante, o governo de Franklin Delano Roosevelt (presidente americano de 1933-1945), adotando as políticas econômicas ditadas por John Maynard Keynes, envidou sequências de gastos públicos (*New Deal*), que finalmente soergueram a economia. (HOBSBAWN, 2008). Nesse momento histórico, o Brasil, que poderia ter se aproveitado para despontar como potência mundial, recuara. No dizer de Geoffrey Blainey (2008, p. 121-122):

No início do século 20, o Brasil era considerado um gigante adormecido que um dia poderia despertar. Abrangendo quase a metade do território da América do Sul e abrigando praticamente a metade de sua população, o país possuía as maiores áreas do mundo com seringueiras – uma commodity vital às vésperas da era dos automóveis – e também era o principal fornecedor de diamantes, até o surgimento do garimpo de Kimberley, na África do Sul. Com a denominação oficial de Estados Unidos do Brasil, era rico em recursos, mas geralmente incapaz de explorá-los. (...) Quando a guerra mundial irrompeu, em 1914, os países independentes da América do Sul nada fizeram. (...) Pouco ameaçadas pela guerra, a América do Sul não conseguiu escapar da depressão mundial, que foi, de fato, um evento global.

Apesar do que, nesse período, coincidiu o desenvolvimento da América Latina, impulsionado pela substituição de importações, decorrente da crise de 1929 (FURTADO, 2003, p. 95). Com a recuperação econômica revitalizando os índices das Bolsas de Valores, os Estados Unidos se preparavam, agora, para financiar novo conflito mundial: a Segunda Guerra. E o empreendimento, de novo, fora bem-sucedido. Na ótica de Celso Furtado:

(...) provocou o surgimento de uma potência em condições de pretender exercer a hegemonia no continente euro-asiático, isto é, engendrou aquilo contra o qual a Inglaterra e os Estados Unidos haviam lutado nas duas grandes guerras. Explica-se, assim, que ao conflito militar, em sua fase inicial, se haja sobreposto um conflito político entre os principais aliados: ingleses e americanos, até então ligados aos

russos, estavam preocupados em garantir posições estratégicas que permitissem “conter”, no futuro, o poder soviético. (...) O mundo do pós-guerra nasceu, portanto, marcado por uma divergência fundamental entre as duas superpotências quanto à forma de se autolimitarem no exercício do próprio poder para viabilizar a convivência internacional. (FURTADO, 2003, p. 17).

A revista *Fortune*, de 1953, anunciava, com estardalhaço peculiar: “as imensas empresas de capital aberto se tornaram o fenômeno mais importante do capitalismo”. Referia-se aos lucros astronômicos que tais empresas auferiram, como saldo dos pós-guerras. No início de 1960, inicia-se abertamente o que Celso Furtado expôs como conflito político já anunciado desde a Segunda Guerra, a Guerra Fria, entre EUA e URSS.

Neste período, os Estados Unidos eram responsáveis por 60% da produção dos 7 maiores países capitalistas. O que equivale dizer, quase 60% de toda a produção mundial. Mas a União Soviética, com influência sobre todas as economias próximas, fortaleceu-se a ponto de brigar em condições semelhantes. A partir da década de 1960, com os primeiros impulsos da Guerra sem trincheiras com a União Soviética, a economia norte-americana determinou-se a mostrar resultados, a exercer sua força, interna e externamente.

Os salários e benefícios da força de trabalho passaram a aumentar cerca de 3% a cada ano, numa crescente até os fins da década de 1970. A renda das famílias dobrou em 15 anos, quando mais da metade delas se enquadravam, agora, numa classe média. Destacava-se, nesse mesmo período, a força dos sindicatos, que podiam negociar com altivez com os empresários.

Com tais desdobramentos da economia, o governo mantinha, em paralelo, uma preocupação oficial dos Estados Unidos da América com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que servia de justificativa para investimentos públicos em grande escala. Dwight Eisenhower (presidente americano de 1953 a 1961), por exemplo, sob pretexto da defesa nacional, criou leis de educação, interligou as estradas do país inteiro e estimulou a produtividade de vários setores estratégicos, como a comunicação e o comércio.

A indústria bélica e aeroespacial pesquisou produtos que, posteriormente, teriam aplicação em diversos ramos. A política externa americana criou oportunidades para as maiores empresas, em todo o mundo. A *Central Intelligence Agency* (CIA), coincidentemente, descobria complôs comunistas nas regiões em que os oligopólios empresariais desejavam garantir seu abastecimento de recursos naturais e de mercados.

As maiores empresas planejavam e executavam a produção, fixavam preços e distribuíaam os lucros entre reinvestimentos, executivos e trabalhadores. As agências reguladoras estabeleciam serviços quase uniformes ao mercado. O governo tributava com

elevadas alíquotas as pessoas e empresas mais ricas, destinando os recursos à Guerra Fria. Enquanto isso, o nacionalismo se exacerbava, numa suposta e constante luta contra o inimigo (considerado exótico, por conta da ideologia contrária adotada). Eis a razão desse período da história estadunidense ser considerado o apogeu de seu *capitalismo democrático*.

Subjacentes, no entanto, preocupantes questões sociais, como o racismo, a exclusão feminina, o compassado declínio moral da sociedade (COMTE-SPONVILLE, 2011), na medida em que cada indivíduo participa de um sistema econômico no qual uns justificam e outros condenam em nome de conceitos éticos, o fim das pequenas comunidades locais e o início da invasão econômica na política, fizeram com que autores como Robert Reich não denominem o período como Era de Ouro, mas sim “era de ouro não tão dourada”. (REICH, 2008, p. 28-88). Contudo, o que “não é tão dourado” para os americanos poderia ser o paraíso, no caso brasileiro, quando se traça um brusco paralelo do período, trazendo à tona a realidade de nosso país. Letícia Bicalho Canêdo informa o que se vivia, no Brasil, na mesma época:

O regime militar, em meio a toda sorte de casuísmos (abolição dos partidos existentes nos anos 50, com permissão somente para dois novos atuarem, eleições presidenciais e para governadores transformadas em indiretas, fechamento do Congresso em duas ocasiões, entre outros), se sustentou com base nas eleições proporcionais, que não foram suspensas. (...) A instituição eleitoral estando já bem estabelecida, o voto pôde servir como garantia à legitimidade do regime. (CANÊDO, 2003, p. 40).

A instabilidade econômica (inflação, principalmente) vivenciada no curto governo Jânio Quadros (1960-1961) e, posteriormente, a esquerda nacional representada pelo tumultuado governo João Goulart (1961-1964) compuseram o quadro que permitiu o acesso dos militares ao poder. Em plano arquitetado pelo então Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, desde o governo Costa e Silva (1967-1969) até o governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o Brasil permitiu investimentos estrangeiros no país, abrindo-se à industrialização definitiva e à financeirização de seus capitais, no mercado global.

O processo ficou conhecido como o milagre econômico brasileiro. Portanto, um típico modelo de capitalismo autoritário, mas que, curiosamente, fora em grande parte financiada pela diplomacia e pelas empresas americanas, todos no auge do capitalismo democrático. Não passava de um plano de dominação.

Tratar desse contexto, de ocaso da democracia em correspondência à ascensão do capital financeiro, é, por si, algo tênue e impalpável a olhos desatentos. Quanto mais quando se inclina à análise dessa oclusão nas democracias vertidas em economias periféricas. Tem-se, empiricamente, de constatar que algumas afirmações quanto à investida da economia sobre os

procedimentos democráticos, como as eleições de tais ou quais candidatos, ou a vitória deste ou daquele partido político, merecem ressalvas. (DINIZ, 2004).

As reservas posicionam, justamente, esses eventos como exógenos, na realidade econômica e democrática do Terceiro Mundo (Sul global). Ou seja, a captura da democracia é perpetrada não por elites econômicas nacionais, mas, em praticamente todos os casos, por empresas transnacionais. Isto porque o próprio sistema capitalista interno é subjugado, não portando vontades e investimentos absolutamente independentes dos sistemas capitalistas do Norte global. Guillermo O'Donnell, constatando a espécie de sociedade capitalista gerada em países como o Brasil e a Argentina aponta:

Disto resultou uma sociedade capitalista cujas características a definem como um original produto histórico. É um capitalismo dependente, porque o seu funcionamento “normal” entranha um decisivo papel do capital transnacional e porque a acumulação no seu mercado não se encerra aí, sendo uma torneira aberta para os grandes centros do capitalismo mundial. Resultou daí uma estrutura de produção (e uma sociedade) profundamente transnacionalizada. Não se trata apenas de que muitos dos seus atores econômicos mais dinâmicos e rentáveis sejam filiais de Empresas Transnacionais. O processo que levou a esta introjeção do capital transnacional como produtor direto em e para os seus mercados foi um fenômeno típico de recriação, destruição e subordinação do conjunto da sociedade, em vários sentidos. (O'DONNELL, 1990, p. 36).

Em tais fronteiras, onde o próprio capitalismo não aparece como genuíno produto do desenvolvimento nacional, porém, existe do modo como é liderado e emanado de poucos centros de poder, sobra pouquíssimo campo a discorrer sobre ataques econômicos internos a democracias do Sul global. Paulo Bonavides, em forma de questionamento, acusa:

Desnacionalizada a economia, privatizados os seus conglomerados empresariais de porte mais gigantesco, desconstitucionalizada a ordem jurídica, tudo isso em meio às crises [constituinte e de unidade nacional], que espécie de soberania interna ou externa restaria ao Estado brasileiro na sociedade globalizada do século XXI? (BONAVIDES, 2004, p. 55).

Dessa maneira, os grilhões que amarram as democracias do Sul global são ainda mais fortes que aqueles que aprisionam as de economias desenvolvidas. Nestas, basta a tomada de consciência da personalidade cidadã, o desenvolvimento de uma eticidade no consumo e no investimento, que o problema já resta resolvido. Naquelas, ao contrário, a cidadania e todo o discurso público têm primeiro de tentar se alforriar das economias centrais. É pessimista o quadro, para Paulo Bonavides:

Não padece dúvida que o mundo ingressou numa sociedade feudalizada, onde haverá, outra vez – agora em nível de nações – , soberanos e vassalos. (...) Não se vislumbra saída para essa metamorfose do capitalismo na sua feição globalizadora; ela aflige e revoga o constitucionalismo social dos países periféricos, cujas

economias debilitadas se arredam cada vez mais da concretização de suas metas emancipatórias, ao mesmo passo que se arrastam na estagnação e decadência. (BONAVIDES, 2004, p. 56).

Na mesma órbita de indagação, Celso Furtado:

Além do mais, existe a questão da autonomia e da coerência do sistema de decisões econômicas. Se umas poucas dezenas de grupos estrangeiros controlam, por suas filiais, grande parte do setor moderno da economia do país, que grau de autonomia corresponde aos centros nacionais de decisão? (FURTADO, 2003, p. 209).

Com todo o exposto, urge que as questões do dia-a-dia, que raramente são conectadas a esses raciocínios macropolíticos e macroeconômicos, pela maioria da população, sejam, finalmente, entendidas, por esse mesmo público. A massa popular prefere achar que os empresários são imorais ou malvados, ou, mesmo, que os políticos são pessoas sem escrúpulos, todos são corruptos e levianos, em vez de interpretar, corretamente, que é seu próprio dinheiro (o dinheiro de todos nós), enquanto investidor, que está sendo posto no jogo político. (HARVEY, 2012, p.163-187). E essa posição que o dinheiro toma é, precisamente, para render maiores lucros para nós mesmos, num futuro de um rendimento qualquer. (BURDEAU, 2005).

Entretanto, compreendendo a situação, passa-se a um segundo passo: não aceitar mais que aconteça. O capital deve ser direcionado a investimentos responsáveis, assim chamados por respeitar a condição democrática e livre da sociedade, além de respeitar uma série de outros postulados, como o meio ambiente. Esse direcionamento é dado pelo dono da reserva financeira, alguém que é – também e necessariamente – cidadão. Em suma, as vozes dos indivíduos, enquanto cidadãos, por escolha deles próprios – tomando consciência e vencendo a conjuntura em que são inseridos – deve erguer-se acima das pressões por lucro, que as suas máscaras de investidores e consumidores querem forçar.

CONCLUSÃO

Não de repente, o *neoliberalismo*, um conjunto de práticas econômicas que preza a desregulamentação estatal, espalhou-se pelo mundo inteiro (fenômeno da globalização), como novo discurso hegemônico do capitalismo. Depois, a tecnologia, a todo instante mais avançada, dispôs-se a serviço dessa mudança. Na junção, o antigo capitalismo (desafiável pelo socialismo, por exemplo) tornou-se um *supercapitalismo*, que até agora parece invencível, dentre outras razões, porque ultra-adaptável.

Entretanto, esse *supercapitalismo* alastrou-se também pela democracia, submergindo os procedimentos da participação cidadã, em nome de mandamentos escritos pelas grandes empresas. Nesse instante, iniciam-se inúmeros dilemas, especialmente o de compreender que a metade consumidora e investidora, que sustenta o novo capitalismo, se inteira com outra metade, cidadã e preocupada com os rumos tomados pelas leis e pela democracia. (CREVELD, 2004).

O exame realizado a partir desta breve pesquisa buscou, através de certos parâmetros doutrinários, criticar a condução irresponsável do modelo *neocapitalista*, indicando que a cidadania ativa deve tomar a dianteira do processo político e econômico mundial, em prol de uma ética no consumo e nos investimentos e, para além, em prol de uma ética na inauguração de espaços públicos constantes de discussão democrática, posicionando cada sistema em seu lugar: a economia junto aos consumidores responsáveis e a política próxima dos cidadãos comprometidos.

Essa dualidade na participação, enquanto capitalistas e cidadãos de uma democracia ao mesmo tempo, precisa, inicialmente, ser compreendida por toda a sociedade, para, só então, decidir-se qual dos lados deve predominar. Nestas laudas defendeu-se que a democracia é que deve pautar o capitalismo. Nas raias da vida real tem-se o inverso.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Fundamento educacional, 2008.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Do país constitucional ao país neocolonial**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARDOSO, Fernanda; LIMA, Gilberto Tadeu. **A visão de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo**. Disponível em <<http://ideas.repec.org/p/anp/en2005/007.html>>. Acesso em 15 fev. 2013.

- CREVELD, Martin Van. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- COMTE-SPONVILLE, Andre. **O capitalismo é moral?** São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- DINIZ, Márcio Augusto Vasconcelos. **Constituição e Hermenêutica Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Goncalves. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. São Paulo: Forense Universitária, 2011.
- HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). **Política Social Internacional**. Trad. Jutta Gruetzmacher et al. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. São Paulo: Unesp, 1997.
- PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: Unesp, 2002.
- REICH, Robert B. **Supercapitalismo**. Como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.
- SANDEL, Michael. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SARMENTO, Daniel et al. (Coord.). **Igualdade, diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.
- SIFFERT, Carlos. **Teoria do Caos e Complexidade**. Disponível em <http://www.orion.med.br/misc23.htm>. Acesso em 10 nov. 2010.
- SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita. **Democracia, Mercado e Estado: o B de BRICS**. São Paulo: FGV, 2011.
- TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2012.
- TEDLOW, Richard S. **Miopia corporativa**. São Paulo: HSM, 2012.